

REGIME GERAL DE
PREVENÇÃO DA
CORRUPÇÃO
**PLANO DE
PREVENÇÃO
DE RISCOS DE
CORRUPÇÃO
E INFRAÇÕES
CONEXAS (PPR)**

RELATÓRIO ANUAL 2023 // ABRIL DE 2024





AMARANTE

CÂMARA MUNICIPAL

Introdução	4
Enquadramento	4
Monitorização e acompanhamento.....	5
Conclusões e recomendações.....	10

Lista de Abreviaturas

CMA – Câmara Municipal de Amarante
CPC – Conselho de Prevenção da Corrupção
DA – Departamento de Ambiente
DAG – Departamento de Administração Geral
DARH – Divisão Administrativa e de Recursos Humanos
DASU – Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos
DC – Departamento da Cultura
DCPA – Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento
DCT – Divisão de Conservação do Território
DDCS – Divisão de Desenvolvimento e Coesão Social
DEJD – Divisão de Educação, Juventude e Desporto
DFP – Divisão Financeira e Património
DGU – Divisão de Gestão Urbanística
DMGM – Divisão de Mobilidade e Gestão de Meios
DPPGT – Departamento de Planeamento, Projeto e Gestão de Território
DSJF – Divisão de Serviços Jurídicos e de Fiscalização
DTI – Divisão de Tecnologias de Informação
DTP – Divisão Técnica de Projeto
EPE – Equipa de Projetos Especiais
ETM – Equipa Técnica de Manutenção
GAOAQ – Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos e da Qualidade
GAP – Gabinete de Apoio à Presidência
GAT – Gabinete de Apoio Técnico
GTF – Gabinete Técnico Florestal
IGF – Inspeção-Geral de Finanças
InvestAmarante – Agência de Planeamento Estratégico
MENAC – Mecanismo Nacional Anticorrupção
MVM – Médico Veterinário Municipal
PPR – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
RGPC – Regime Geral da Prevenção da Corrupção
RCN – Responsável pelo Cumprimento Normativo
SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil
UEV – Unidade de Espaços Verdes

Introdução

As democracias comportam uma vasta complexidade na sua organização, no que concerne à gestão de riscos, à regulação das atividades económicas e às interações entre as diferentes esferas de atividade, pública e privada.

A gestão do risco é um requisito essencial para o bom funcionamento das organizações, porque é fundamental para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis, indo ao encontro das metas inscritas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Ao nível da administração local, essa gestão do risco é fulcral para a melhoria contínua do serviço público, permitindo assim, a maior responsabilização e transparência, na tomada de decisões e na atuação de todos, eleitos, dirigentes, trabalhadores e colaboradores, independentemente do cargo ou função que desempenhem na organização.

Enquadramento

Nas últimas décadas, assistiu-se a um esforço considerável na harmonização dos enquadramentos legais, sobre a repressão da corrupção, contudo, mostra-se imprescindível a existência de um sistema eficaz de prevenção de fenómenos de corrupção.

Os planos destinados à prevenção e à gestão dos riscos de corrupção e infrações conexas fazem parte do panorama institucional desde 2009, resultado da Recomendação n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção, e têm sofrido diversas atualizações, resultantes de modificações das atribuições, das estruturas orgânicas ou alterações legislativas.

Exemplo disso, foi o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que procedeu à criação do Mecanismo Nacional Anticorrupção e, no seu anexo, estabeleceu o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), implicou a revisão do plano anterior em vigor, o que obrigou a adaptá-lo às novas exigências normativas, passando a denominar-se de plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR), tendo sido inserido no Manual de Gestão, aprovado através da deliberação camarária n.º 412/2022, a 19 de setembro de 2022, permitindo a otimização dos recursos, a uniformização e a simplificação dos procedimentos.

O RGPC retira do domínio da *soft law* a implementação de instrumentos como programa de cumprimento normativo, prevendo que as entidades abrangidas incluam, pelo menos, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias, a fim de prevenirem, detetarem e

sancionarem atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo contra ou através da entidade. O Município de Amarante acompanhou esta tendência e atua pelo integral e escrupuloso cumprimento da legislação em vigor, através da elaboração do relatório de avaliação anual, em cumprimento com o estipulado na alínea b) do n.º 4 artigo 6.º do RGPC.

Monitorização e acompanhamento

Terminado o ano de 2023, importa fechar este ciclo e, de forma genérica, efetuar uma avaliação sobre a aplicação do PPR, através da elaboração do presente relatório, o qual procura agregar e sistematizar a informação mais relevante, permitindo aferir sobre o grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas.

De acordo com o Manual de Gestão, cabe ao chefe do GAOAQ, como responsável pelo cumprimento normativo, acompanhar a execução das atividades de controlo e monitorizar a avaliação da execução das medidas previstas no PPR, devendo ainda, proceder à elaboração dos respetivos relatórios de avaliação, intercalar e anual. O relatório de avaliação intercalar referente às situações identificadas de risco elevado, foi elaborado no mês de outubro, tendo sido levado ao conhecimento dos órgãos executivo e deliberativo municipais, foi remetido ao Ministério da Coesão Territorial, ao Conselho de Prevenção da Corrupção, ao Tribunal de Contas, à Inspeção-Geral de Finanças, e ao Mecanismo Nacional Anticorrupção, e também divulgado internamente através da intranet e externamente, na página oficial da internet do Município.

Durante o ano transato verificou-se uma interação constante entre o responsável pelo cumprimento normativo e os dirigentes das diversas unidades orgânicas, assim como com os respetivos trabalhadores, tendo-se promovido ações de formação sobre o RGPC, em contexto real de trabalho, no decurso das reuniões periódicas, previstas no âmbito do sistema de gestão da qualidade e no apoio à concretização das atividades de controlo.

Concomitantemente e de forma planeada, realizaram-se diversas ações de acompanhamento e verificação de algumas das atividades de controlo, algumas das quais, sem aviso prévio ou remotamente, com recurso às plataformas informáticas, permitindo assim, aferir sobre grau de implementação.

Constatou-se que os dirigentes e os trabalhadores das diversas unidades orgânicas fizeram um esforço para concretizar as atividades de controlo previstas no PPR, tendo na maioria dos casos, aplicado as medidas previstas dentro dos prazos estipulados, apesar de alguns ajustes

resultantes da dinâmica do risco e deste plano, permitindo assim espelhar a realidade da atividade municipal.

De forma a obter informações e resultados mais rigorosos e fidedignos, foram utilizadas diversas técnicas de trabalho, nomeadamente, a análise da informação própria e a terceiros, o que proporcionou o cruzamento e validação dessas informações, quer por realização de entrevistas aos dirigentes e aos respetivos trabalhadores, quer por amostragem, com recurso a simulações, obtenção de informação através das plataformas informáticas, permitindo obter evidências sobre as atividades de controlo implementadas.

Constatou-se que os dirigentes e os trabalhadores das diversas unidades orgânicas fizeram um esforço para concretizar as atividades de controlo previstas no PPR, tendo na maioria dos casos, aplicado as medidas previstas, de acordo com a cronologia previamente definida.

O plano prevê dois tipos de riscos: aqueles que são comuns a toda a organização e os riscos específicos à atividade de cada unidade orgânica.

Assim e antes de se proceder à análise por unidade orgânica, faz-se uma constatação aos riscos comuns, transversais a toda a organização. Um deles prende-se com a acumulação de funções públicas e/ou privadas, sem a devida autorização. Para eliminar este risco e de forma preventiva, todos os trabalhadores são informados para a obrigatoriedade do pedido autorização prévio, cabendo em última instância aos trabalhadores apresentar os respetivos pedidos, sem prejuízo dos dirigentes verificarem sistematicamente a possível acumulação de funções indevida. De acordo com a informação prestada pela DARH, no ano de 2023, eram trinta e cinco trabalhadores que tinham autorização para acumulação de funções.

As subvenções e os benefícios públicos concedidos são outro risco genérico que está inerente à atividade municipal. Nesta matéria, apurou-se que os apoios foram concedidos em estrito cumprimento das normas legais em vigor, constando dos respetivos processos e dos meios de gestão documental evidências dessa verificação e controlo. Acresce ainda que a Divisão Financeira e Património transmite, anualmente, à Inspeção-Geral de Finanças, de forma discriminada, todas as subvenções e os benefícios públicos concedidos pelo Município.

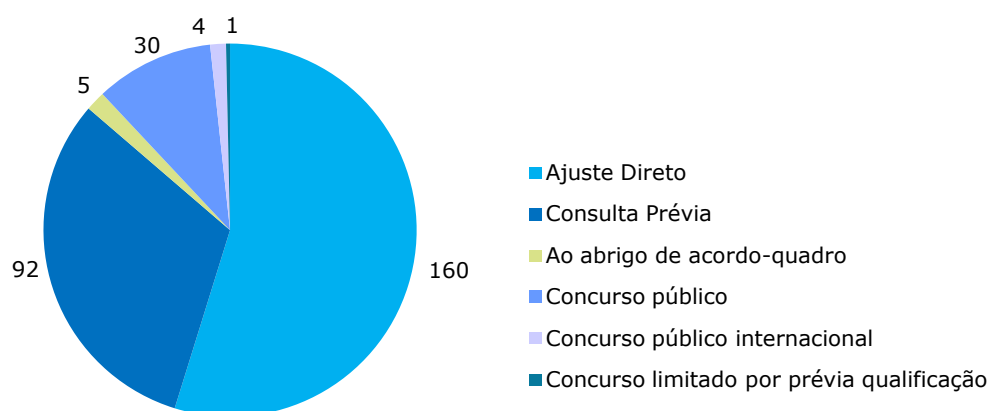
Constata-se ainda a existência de um risco comum aos serviços emissores de guias de receita. De acordo com as informações recolhidas, foi possível confirmar que os dirigentes dessas unidades orgânicas verificaram, periodicamente, se as guias são devidamente emitidas e cobradas, em conformidade com os regulamentos em vigor.

Outro risco comum diz respeito à contratação pública, dada a transversalidade desta área, e por nela intervirem colaboradores de diversas unidades orgânicas no desempenho das

diferentes funções, verifica-se a existência de eventuais conflitos de interesses, incompatibilidades ou impedimentos no desempenho das funções públicas. A plataforma eletrônica de compras públicas emite automaticamente uma declaração de inexistência de conflito de interesses, a qual deve ser subscrita por todos os elementos que compõem os júris dos procedimentos de contratação pública, bem como, pelos respetivos gestores dos contratos. Considerando o elevado número de procedimentos contratuais realizados em 2023 e na impossibilidade de se verificar todos os processos, optou-se pela obtenção da informação através da amostragem, pelo cruzamento e validação dessas informações, tendo-se confirmado ser um procedimento habitual a junção dessa declaração.

De acordo com a DCPA, todos os reportes relativos aos procedimentos realizados foram efetuados no portal dos contratos públicos, denominado Portal BASE e tramitados na plataforma eletrônica de compras públicas, tendo-se constatado que, no ano transato, iniciaram-se 292 procedimentos contratuais, dos quais, 51 não foram concluídos, por motivos diversos. Verifica-se que os 241 procedimentos concluídos, ao nível procedimental, distribuíram-se da seguinte forma: 160 por ajuste direto; 92 por consulta prévia; 5 ao abrigo de acordo-quadro; 30 por concurso público; 4 por concurso público internacional e 1 por concurso limitado por prévia qualificação.

Gráfico 1 – Procedimentos contratuais iniciados em 2023



Para além dos riscos comuns anteriormente identificados, existem 454 riscos associados à especificidade das unidades orgânicas. Com base na informação prestada pelos dirigentes, através do preenchimento da matriz de controlo, resulta que foram implementadas 400 atividades de controlo, 40 estão em implementação, e 14 atividades estão por implementar.

Na tabela seguinte, é possível analisar estes dados por unidades orgânicas.

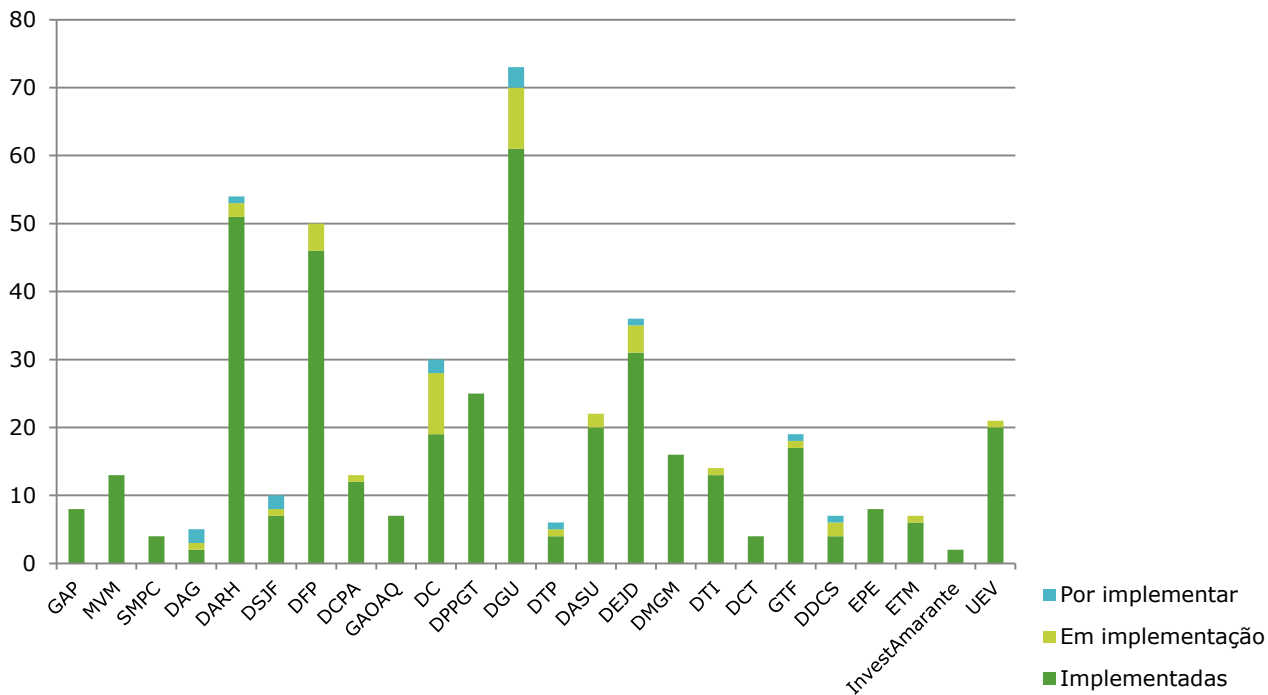
Tabela 1 - Atividades de controlo implementadas por unidade orgânica

Unidade Orgânica	Número de atividades de controlo				Taxa de implementação (%)
	Previstas	Implementadas	Em implementação	Por implementar	
GAP	8	8	0	0	100%
MVM	13	13	0	0	100%
SMPC	4	4	0	0	100%
DAG	5	2	1	2	40%
DARH	54	51	2	1	94%
DSJF	10	7	1	2	70%
DFP	50	46	4	0	92%
DCPA	13	12	1	0	92%
GAOAQ	7	7	0	0	100%
DC	30	19	9	1	63%
DPPGT	25	25	0	0	100%
DGU	73	61	9	3	84%
DTP	6	4	1	1	67%
DASU	22	20	2	0	91%
DEJD	36	31	4	1	86%
DMGM	16	16	0	0	100%
DTI	14	13	1	0	93%
DCT	4	4	0	0	100%
GTF	19	17	1	1	89%
DDCS	7	4	2	1	57%
EPE	8	8	0	0	100%
ETM	7	6	1	0	86%
InvestAmarante	2	2	0	0	100%
UEV	21	20	1	0	95%
Total	454	400	40	14	88%

Perante a análise das atividades de controlo implementadas, constata-se que foram implementadas 400 atividades de controlo, ou seja, mais 16 do que no ano anterior.

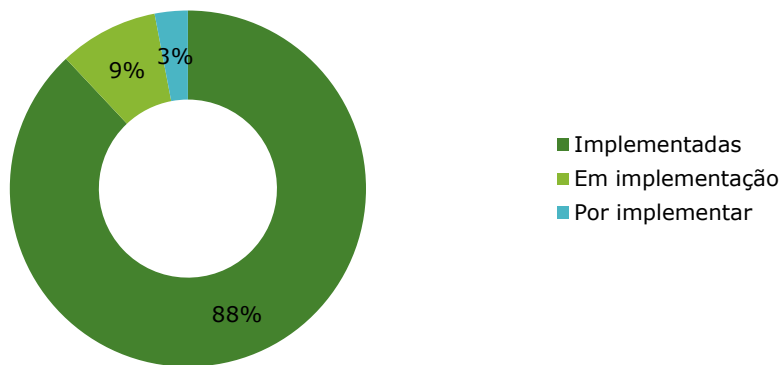
Os dirigentes das unidades orgânicas cujas atividades não estão totalmente implementadas foram sensibilizadas para proceder à sua implementação, em especial, nas situações de risco elevado, sendo prioritária a respetiva execução das medidas de prevenção mais exaustivas.

Gráfico 2 - Atividades de controlo por unidade orgânica | Fase de implementação



Atendendo à sua pertinência, constatou-se que o nível de execução das atividades de controlo cifrou-se nos 88%, estando 9% na fase de implementação e 3% por implementar, conforme representado no gráfico seguinte:

Gráfico 3 -Taxa de implementação das atividades de controlo



Conclusões e recomendações

Em suma, perante o acompanhamento efetuado ao longo do ano de 2023 e face à informação reportada pelos dirigentes, verificou-se que estes continuam a evidenciar uma efetiva preocupação na implementação das atividades de controlo, com o propósito de mitigar os riscos identificados e de diminuição do impacto ou a não ocorrência dos mesmos.

Neste sentido, os resultados ora apresentados confirmam a prioridade dada pela organização na implementação das medidas, tendo-se atingido uma elevada taxa de execução (88%) das atividades de controlo inicialmente previstas, demonstrando que a execução do PPR constitui um elemento fundamental no reforço do sistema de controlo interno.

Conclui-se que o Município de Amarante mantém-se orientado para a promoção da ética, transparência e integridade, encetando sempre um elevado e rigoroso esforço para que essa mesma atuação seja, para além de legal, adequada e oportuna.

Perante o exposto, **propõe-se a aprovação pela Exma. Câmara Municipal, do presente relatório de avaliação referente à execução do PPR, em 2023**, nos termos do artigo 6.º, n.º 4, alínea b) do RGPC **e recomenda-se:**

- Que se dê conhecimento deste relatório à Exma. Assembleia Municipal, ao Senhor Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, à Inspeção-Geral de Finanças e ao Mecanismo Nacional Anticorrupção;
- Se divulgue através da intranet e na página oficial da internet;
- Que se inicie o processo de revisão do PPR, na sequência das recentes alterações à estrutura orgânica dos serviços municipais;
- Reforço da consciencialização para implementação com a maior brevidade das atividades de controlo que se encontram nas fases de implementação e por implementar, com especial incidência nos riscos elevados;
- Garantia das evidências da aplicação das atividades de controlo a realizar pelos dirigentes, de modo a reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados no PPR.

Paços do Município de Amarante, 12 de abril de 2024

O Responsável pelo Cumprimento Normativo